



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CÂMARA DE ENSINO**

DECISÃO Nº 032/2011-CENS

Processo nº 23129.001185/2011-90

Assunto: Alteração na ordem de oferta de temas contextuais/ GTI.

Interessado (a): Coord. GTI/ Luiz Otávio Pinheiro da Cunha.

DATA: 12/07/2011.

DECISÃO

Com base na reunião extraordinária da Câmara de Ensino realizada no dia 11/07/2011 que acatou o parecer emitido pela profa. Marcelle Alencar Urquiza constante às folhas 11 (onze) do processo, de que trata o pedido de Alteração na ordem de oferta de temas contextuais do Curso de Gestão territorial Indígena – GTI, conforme anexos, decido pelo *deferimento do pleito*.

Ao DERCA para dar ciência ao interessado e demais atribuições competentes ao setor.

À Coordenação do Curso Gestão Territorial Indígena para ciência e acompanhamento.

Profa. Msc. Ednalva Dantas R. da Silva Duarte
Presidente da Câmara de Ensino
CEPE-UFRR

**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NA ORDEM DA OFERTA DOS TEMAS CONTEXTUAIS
DA FORMAÇÃO BÁSICA DO CURSO DE GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA**



O curso de Gestão Territorial Indígena tem como finalidade assegurar a formação de indígenas de modo a responder de forma reflexiva e participativa às demandas e problemas da gestão de suas terras no âmbito da região amazônica setentrional. Assim, o curso pretende ser um espaço não só para que o gestor desenvolva habilidades e competências para atuar como um técnico, que domina um conjunto de conhecimentos e é capaz de executar determinados procedimentos, mas a capacidade para assumir uma postura de compromisso social com seu povo, comunidade e as suas organizações.

Portanto, para que o profissional indígena desenvolva esse papel de articulador, gestor, técnico e, em algumas situações, representante legítimo do seu povo, o que se espera dele é sua formação integral visando a torná-lo um porta-voz, um negociador nos mais diversos contextos interculturais, sociais, econômicos e políticos. Enfim, que seja capaz de agir com base na reflexão dos anseios, problemas e realidades – regional, nacional e global – em que vive sua comunidade e seu povo.

Para atender esse perfil de formação o currículo do curso foi estruturado em temas contextuais que partem das questões e demandas locais, permitindo que se favoreça o diálogo intercultural e transdisciplinar. Esta forma de ensino permite mais facilmente que novos conteúdos e atividades pedagógicas possam ser integrados à prática pedagógica, como resultado de pesquisas realizadas ou das novas questões que venham a ser consideradas relevantes para os estudantes e para as comunidades indígenas.

Outro componente curricular é o ensino pela pesquisa, que pretende garantir a formação regular do curso visando a sistematização de suas experiências e dos dados sobre suas pesquisas e, ainda, produzir uma reflexão sobre os temas em estudo, visando o aprimoramento do processo investigativo de formação, promovendo com isso, além da reflexão crítica da situação-problema, a produção de novos conhecimentos.

Os doze temas contextuais da formação geral, que são ofertados nos dois primeiros anos do curso, não possuem pré-requisito, podendo ser revista sem entraves administrativos à ordem de oferta destes temas. A proposta apresentada no presente documento tem como propósito estabelecer uma seqüência de oferta em que os temas contextuais que apresentam os conceitos e noções mais básicas precedam os demais, enquanto os de maior complexidade foram priorizados nos dois últimos semestres da formação geral.

Tomando como exemplo os três temas contextuais relacionados ao campo da geografia, temos a expor e considerar as seguintes questões. Estes temas podem ser considerados como uma seqüência que deve partir das questões mais básicas para análises mais complexas. A forma como está previsto no PPP, na seqüência: Geopolítica e Gestão do Território Indígena na Amazônia, no primeiro semestre, Geociências e Gestão do Território Indígena no segundo e Ordenamento Territorial no Brasil no terceiro semestre, acaba por não ser apropriado se considerarmos uma lógica do mais básico para o mais complexo. As ementas dos temas permitem uma visão da proposta de trabalho prevista no PPP:

1 - Geopolítica e Gestão do Território Indígena na Amazônia: almeja a formação integral do cidadão para compreender o uso, a aplicação e o modo pelo quais os conceitos geográficos-políticos, como fronteira, povo, nação, estado, território, língua, foram produzidos e sua recorrência em tempos recentes. Processos de desterritorialização e reterritorialização. Território contemporâneo e o poder do espaço. Relação Estado e comunidades tradicionais no contexto da Amazônia. Diferentes escalas para a análise da gestão territorial indígena.

2 - Geociências e Gestão do Território Indígena na Amazônia: educação geográfica, com argumentos que permitam compreender as relações entre sociedade e natureza. Epistemologia

da ciência geográfica. Eixos temáticos: espaço, território, região, paisagem, lugar. Cartografia e métodos geográficos de análise. Geografia Humana no contexto da Amazônia. Gestão ambiental e territorial em terras indígenas.



3 - Ordenamento Territorial no Brasil: planejamento estratégico. Desenvolvimento local e globalização. Caracterização geográfica – modelos espaciais de ordenamento territorial. Políticas territoriais, princípios nacionais e internacionais da política territorial e ambiental. Território e territorialidades em áreas de fronteiras: áreas indígenas e unidades de conservação. Formação das “nações” latino-americanas e da construção dos limites das fronteiras nacionais. Territórios de fronteira. Mercosul e políticas das faixas de fronteiras.

Considerando a lógica da ciência geográfica, destacamos que:

- o eixo norteador da Geografia é a relação homem-meio, quando esta estrutura-se na forma do espaço, do território e da paisagem;
- o espaço é a principal categoria da representação geográfica; através dele incorporamos os conceitos de território e paisagem;
- para as análises espaciais torna-se primordial intervir com os princípios da lógica geográfica (localização, distribuição, conexão, distância, delimitação e escala);
- a Geopolítica pode ser entendida como uma tentativa de compreender a dimensão política do espaço. Suas análises envolvem movimentos sociais, estruturas de poder e relações complexas entre os atores que agem no território
- a Geopolítica tem como conceito norteador o território, que é posterior ao conceito de espaço e deve ser trabalhado a partir da concepção de um espaço híbrido, isto é, complexo e onde temos a interação entre sociedade e natureza, política, economia, cultura, materialidade e idealidade, além das múltiplas relações de poder (econômico-políticas e culturais). Não é possível dissociar o território dos homens que o constituem, pois não tem território que não se consagre pelos seus sujeitos e, dessa forma, torna-se importante considerar os diversos atores em uma análise do território;
- o ordenamento territorial é uma forma singular de uso do território, com um arranjo de objetos sociais, naturais e culturais historicamente estabelecido. É um conceito mais amplo que a organização espacial, mas demonstra ser um sistema dinâmico formado por objetos e ações que se articulam entre lugares.

A partir das considerações acima, temos que a Geociências, por abordar questões que fundamentam o pensamento geográfico (conceito de espaço, paisagem, região, a relação homem – natureza, noções cartográficas, etc), deve ser ofertada no primeiro semestre, tornando-se a base conceitual para os demais temas. O tema Ordenamento Territorial permite reflexões sobre a organização do espaço quando consideramos a ação do Estado e as diferentes escalas em que podemos observar os fenômenos (local, regional e global). É possível considerá-lo como tema que ainda limita-se a questões estruturantes do espaço, que desenvolve-se a partir de conceitos básicos da Geografia e, por isso, deve ser ofertado no segundo semestre. O tema Geopolítica aborda questões mais complexas e que exigem um amadurecimento no universo da Geografia, por considerar as relações de poder e diferentes atores que atuam no território. Nesse sentido, esse tema deve ser ofertado no quarto semestre, considerando outros temas ofertados nesse momento e que servem de suporte e complemento para as análises políticas do território.

Essa proposta inclui, também, a sugestão de modificar a ordem de outros temas contextuais que se complementam, como a mudança do tema Ecossistemas da Amazônia para o primeiro semestre, juntamente com a Geociências formando um conjunto de temas instrumentais e básicos; o tema História Econômica vem ajustar-se ao *Ordenamento Territorial no Brasil* e ao

Etnodesenvolvimento e Gestão de Território Indígena e, por isso deve ser transferido do primeiro para o segundo semestre. A Geopolítica tem como sugestão ocupar um espaço no quarto semestre, considerando a importância de suas reflexões para as análises das políticas públicas para a Amazônia e para os povos indígenas. Por final, o tema *Direito Constitucional e os Povos Indígenas*, também passaria para o quarto semestre tendo em vista o seu papel complementar ao de *Políticas Públicas no Brasil e os Povos Indígenas*.

Dessa forma, a nova proposta de organização do Tempo Universitário da formação básica é:

1º semestre:

- Sociedade, Cultura e Natureza
- Geociências e Gestão do Território Indígena na Amazônia
- Ecossistemas da Amazônia
- Português Instrumental e Produção Textual I
- Noções Básicas de Informática I
- Tempo Comunitário I (Memorial do Cursista)

2º semestre:

- Etnodesenvolvimento e Gestão de Território Indígena
- Ordenamento Territorial no Brasil
- História Econômica da Amazônia
- Português Instrumental e Produção Textual II
- Noções Básicas de Informática II
- Tempo Comunitário II (Práticas de Diagnóstico)

3º semestre

- Administração para a Gestão Indígena do Território
- Formulação e Acompanhamento de Projetos Sociais e Avaliação de Políticas Públicas
- Cooperação e os Povos Indígenas no Cenário Panamazônico
- Português Instrumental e Produção Textual II
- Noções de Matemática I
- Tempo Comunitário III (Elaboração e Gerenciamento de Projetos)

4º semestre

- Geopolítica e Gestão de Território Indígena na Amazônia
- Políticas Públicas no Brasil e os Povos Indígenas
- Direito Constitucional e dos Povos Indígenas
- Português Instrumental e Produção Textual II
- Noções de Matemática II
- Tempo Comunitário IV (Estudo e Avaliação de Políticas Públicas)

